
PEDAGOGIA

LAYSSA DE SOUSA SILVA

**NOVO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO ACERCA
DA NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES
EDUCACIONAIS E SOCIAIS**



Rio Claro - SP
2024

LAYSSA DE SOUSA SILVA

**NOVO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO ACERCA DA NATURALIZAÇÃO
DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de licenciada em pedagogia.

Orientador(a): Dr^a Raquel Fontes Borghi

Coorientador(a): Ma Andresa Cóstola

Rio Claro - SP
2024

S586n Silva, Layssa de Sousa
Novo Ensino Médio : um estudo acerca da naturalização das desigualdades educacionais e sociais / Layssa de Sousa Silva. -- Rio Claro, 2024
54 f. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (-) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Raquel Fontes Borghi
Coorientadora: Andresa Cóstola

1. Educação. 2. Ensino médio. 3. Estudo e ensino (Ensino médio).
4. Direito à educação. 5. Educação e Estado. I. Título.

LAYSSA DE SOUSA SILVA

**NOVO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO ACERCA DA NATURALIZAÇÃO
DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de licenciada em
pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Raquel Fontes Borghi

Prof. Dr. Joyce Mary Adam

Prof. Dr. Regiane Helena Bertagna

Aprovado em: 11 de novembro de 2024.

Assinatura do discente

Assinatura do(a) orientador(a)

Assinatura do(a) coorientador(a)

*Dedico este trabalho à minha mãe e à vovó, duas mulheres
fortes que me inspiram todos os dias.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho a todos que fizeram parte da minha formação como pedagoga.

A minha família, Daniela, Rafinha, Eva e Eliane, que são as mulheres da minha vida, as quais sou imensamente grata por todo amor, carinho e apoio. São mulheres as quais me inspiro todos os dias, exemplos de força e coragem. Em especial a minha mãe Daniela e vovó Eva, duas pessoas incríveis que abdicaram de suas prioridades para proporcionar a mim e minha irmã condições melhores de vida, sem elas eu não estaria aqui.

Aos meus melhores amigos, Bruno, Flávia e Amanda, que são como irmãos para mim. Vocês estiveram ao meu lado em todos os momentos, celebrando conquistas e me apoiando nas dificuldades. Cada risada, cada conversa e cada lembrança compartilhada tornou a minha trajetória muito mais especial. Sou eternamente grata pela nossa amizade, que ilumina minha vida.

A família que Rio Claro me deu, Bia, Gi, Jheni, Dudinha, Mari, Baby, Felipe, Giba, Duda, Moda e Raid. Agradeço por cada momento de carinho, cada risada, cada abraço, vocês me deram um lar nesta cidade. Nossa amizade me inspira a ser uma pessoa melhor, amo muito vocês.

A minha orientadora e coorientadora, Raquel Borghi e Andresa Cóstola, por todo apoio e orientação durante a elaboração deste trabalho, sou muito grata por ter tido a oportunidade de aprender com vocês.

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica (Freire, 1970).

RESUMO

O ensino médio, etapa crucial da trajetória educacional dos jovens passou por sérias mudanças nos últimos anos, uma delas refere-se a Lei nº13.415/17 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional modificando a estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola e alterando a organização curricular, ofertando os novos 'itinerários formativos'. Com isso, o presente estudo realizou uma análise com a intenção de compreender como a introdução dos itinerários formativos pode contribuir para o aumento das desigualdades no sistema educacional. Trata-se da nova organização curricular proposta pelo governo federal, a promessa de maior flexibilidade e seu objetivo de garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros, aproximando a escola da sua realidade de vivências sociais.

Portanto, o trabalho analisou se os itinerários formativos vinculam-se a propagação das desigualdades educacionais já existentes no Brasil, por isso, a pesquisa circunda três aspectos fundamentais, sendo eles: o aumento da carga horária nas escolas e a implementação do ensino em tempo integral, a proposta de formação integral dos indivíduos e a flexibilização curricular que parte do princípio de escolha dos itinerários formativos.

Palavras-chave: Reforma curricular; Itinerários Formativos; Desigualdade Escolar.

ABSTRACT

High school, a crucial stage in the educational journey of young people, has undergone significant changes in recent years. One of these changes pertains to Law No. 13,415/17, which amends the Law of Guidelines and Bases of National Education, modifying the structure of high school, extending the minimum time students spend in school, and altering the organization of the curriculum by offering new "training pathways." Thus, this study conducts an analysis aimed at understanding how the introduction of training pathways can contribute to the increase of inequalities in the educational system. This refers to the new curricular organization proposed by the federal government, promising greater flexibility and aiming to ensure the provision of quality education to all young Brazilians, bringing the school closer to their social realities.

Therefore, the work will analyze whether the training pathways are linked to the propagation of existing educational inequalities in Brazil. Consequently, the research focuses on three fundamental aspects: the increase in school hours and the implementation of full-time education, the proposal for the integral formation of individuals, and the curricular flexibility based on the choice of training pathways.

Keywords: Curriculum reform; Training pathways; School inequality; New High School.

Title in english: New High School: A Study on the Naturalization of Educational and Social Inequalities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 Objetivo Geral.....	12
2.2 Objetivos Específicos.....	12
3 METODOLOGIA.....	13
4 REFORMA DO ENSINO MÉDIO.....	15
4.1 A trajetória do Ensino Médio no Brasil: Principais marcos entre a instituição da LDB e Reforma do Novo Ensino Médio.....	15
4.2 A Reforma do Ensino Médio (13.415/2017).....	18
4.3 Itinerários Formativos.....	21
5 O QUE NOS DIZ A LITERATURA SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO.....	24
6 MAPEAMENTO DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS QUE VERSAM SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO E O AUMENTO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL.....	33
6.1 Caracterização do balanço de produção.....	33
6.2 Metodologia do balanço de produção.....	34
6.3 Resultados do balanço.....	36
6.3.1 Ano de Publicação (descritores).....	36
6.3.2 Periódico científico.....	39
6.3.3 Tipo de Metodologia.....	40
6.3.4 Discussão dos Dados Encontrados.....	40
7 COMO O NOVO ENSINO MÉDIO PODE AUMENTAR AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL.....	42
7.1 Desigualdade Educacional no Brasil.....	42
7.2 Novo Ensino Médio segundo as propagandas exibidas nos canais de televisão e internet.....	45
7.3 Liberdades desiguais.....	47
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

A reforma do Ensino Médio foi veiculada no dia 22 de setembro de 2016, sob forma de Medida Provisória (MP) nº746, encaminhado ao Congresso Nacional com objetivos claros, sendo eles: “dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio; ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (Brasil, 2016).

No que diz respeito às propostas de reformulação curricular, estas circundam quatro principais problemas a serem resolvidos, sendo eles:

1) O baixo desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB; 2) Estrutura curricular com trajetória única, cuja carga horária compreende 13 disciplinas, considerada excessiva e a responsável pelo desinteresse e fraco desempenho dos estudantes; 3) A necessidade de diversificação e flexibilização do currículo, tomando por modelo os países com melhor desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos PISA; 4) O fato de que menos de 17% dos alunos que concluem o ensino médio acessam a educação superior (Brasil, 2016).

Como podemos observar, as situações problema mostradas acima, trazidas como argumentos que justificam a reforma curricular do ensino médio, estão relacionadas à questão de baixo rendimento obtido pelos alunos brasileiros, levando em consideração os índices de evasão escolar e reprovação.

O ensino médio apresenta de fato os piores números no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB e números de evasão preocupantes. O IDEB do EM estava em 3,5 pontos no ano de 2016, numa escala de 10 com média projetada de 4,0 pontos para o mesmo período”. (Barcellos, 2017, p.28)

Sem dúvidas, tendo em vista os dados, torna-se urgente a viabilização de mudanças no ensino médio, mas será que essa reforma do ensino médio é o mais adequado a ser feito, levando em consideração o atual cenário socioeconômico brasileiro? A partir desse questionamento, surgem outros: Qual a relação entre essas mudanças realizadas e o abandono e baixo rendimento escolar? Será que essas reformas não deixarão o ambiente ainda mais propício ao aumento dessas taxas?

De acordo com Shiroma (2018), está implícito nessa nova reforma a ideia de gerenciamento educacional, baseado na ideia da escola como um espaço que deve ter seus dados e resultados controlados como uma empresa, e do neotecnicismo, conceito sustentado por Saviani (2008), por meio da teoria pedagógica que entende que a educação escolar necessita ser manipulada/regulada por agentes externos que possam garantir a eficácia dos estudantes.

Essa discussão serve como ilustração para introduzir um pressuposto teórico que nos é caro e que subsidiará nossa pesquisa: o fracasso ou sucesso escolar é tributário de condições que estão relacionadas à origem social e cultural dos estudantes (Bourdieu, 1996, p.30).

Segundo essa perspectiva, as disparidades sociais diante do êxito escolar se vinculam, sobretudo, às diferenças culturais.

É necessário ter em vista as bases sociais do desempenho escolar. Ao que parece, os argumentos que viabilizaram a Reforma do Ensino Médio negligenciam tal pressuposto, e atuam partindo da premissa de que é possível padronizar e controlar o processo de ensino/aprendizagem sem levar em consideração as circunstâncias sociais e culturais dos estudantes (Sussekind, 2019, p. 91).

Para os intuitos deste estudo, partimos do pressuposto de que o “novo” ensino médio, da forma como foi aprovado, tende a não modificar o cenário de baixo rendimento escolar e abandono, pelo contrário, esses dados podem permanecer e serem ampliados, aumentando ainda mais as desigualdades sociais e educacionais pois reflete no direito à educação abrangendo três dimensões, sendo o acesso às escolas, permanência e qualidade do ensino (Ferretti, 2018). A reforma do ensino médio pode promover formas de distinção entre estudantes, tornando-se um elemento marcante de diferenciação social.

A principal alteração do currículo, um dos objetos de análise deste trabalho refere-se aos itinerários formativos

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I) linguagens e suas tecnologias; II) matemática e suas tecnologias; III) ciências da natureza e suas tecnologias; IV) ciências humanas e sociais

aplicadas; V) Formação técnica e profissional (Brasil, 2017).

Desta forma, observa-se que a Lei 13.415/2017, insiste no pressuposto de que a resolução dos problemas educacionais brasileiros se resolverá a partir da reforma curricular, partindo do princípio de que a problemática está no currículo educacional anterior e não nas condições de vida por particularidades de cada indivíduo e estrutura classista do sistema capitalismo ao qual vivemos.

Segundo Hypolito (2019), tais reformas educacionais contemporâneas partem do ponto de vista de que as desigualdades educacionais e pobreza podem ser “combatidos” com a mudança do currículo educacional e alteração das propostas e processos de aprendizagem. A problemática da educação brasileira é bem mais profunda, dessa forma, soluções rasas não resolverão a questão.

Logo, o presente trabalho analisará a Reforma do Ensino Médio, buscando compreender como a sua instituição pode ampliar as desigualdades educacionais no Brasil, este trabalho será feito a partir da revisão de artigos e teses disponíveis no banco de dados da revista científica Scielo que abordam a temática.

O processo de precarização e privatização da educação se desenvolve há anos no Brasil, para compreender essa situação, discussões de aspecto político precisam ser pautadas, a principal é a enorme disparidade social na sociedade brasileira. Isso faz com que a precarização se torne cada vez mais real na vida de milhões de brasileiros, além do sucateamento da educação com a realização de diversos cortes de verba, dessa maneira, não há progresso de qualidade social.

Historicamente, a noção de qualidade da educação tem sido fortemente influenciada por uma visão mercadológica, a partir de pressupostos da qualidade total, expressa por meio de indicadores quantitativos. Inevitavelmente associada aos processos de avaliação, temos visto se consolidar certa aceitação de que a qualidade desejada é aquela medida nas avaliações externas em larga escala. Todavia, o contexto sociocultural e econômico brasileiro, marcado por profunda desigualdade social inerente à sociedade capitalista, somado à complexidade da escola imersa neste contexto e ao próprio processo de formação humana, nos permite questionar a visão reduzida de qualidade traduzida nessas avaliações (Bertagna *et al.* 2020, p.6).

De acordo com Freitas (2014), precarização da educação é um processo que ocorre há anos, alargando a desigualdade educacional e social. Houve um largo aumento nessa desigualdade entre os anos de 2020-2022 ocasionada pela

propagação do coronavírus, deixando muitos países em estado de alerta, em total isolamento social por causa da pandemia. Com o distanciamento social no Brasil, crianças e jovens ficaram impossibilitados de frequentar as escolas, que foram fechadas até que o cenário melhorasse. O trabalho docente se tornou ainda mais difícil, sendo diferente em cada instituição e região do país. Algumas conseguiram manter o ensino remoto, outras tentaram, mas infelizmente devido às diversas desigualdades socioeconômicas, muitos alunos não possuem acesso à internet ou aparelhos eletrônicos, como computador/celular/notebook, e em alguns casos mais extremos, até mesmo acesso à eletricidade.

Com as vacinas, as pessoas puderam voltar a sua rotina dentro da normalidade e as escolas voltaram a funcionar normalmente, mas, infelizmente é possível visualizar as consequências deixadas por esse período na educação pública, onde muitas crianças e jovens não conseguiram manter os estudos, ocasionando graves consequências na atualidade.

Neste período, a Lei nº 13.415/17, havia sido sancionada e estava em fase de implementação desde o ano de 2020. Esta lei traz a obrigatoriedade da implementação do novo ensino médio nas escolas brasileiras, trazendo um novo modelo curricular com os novos “itinerários formativos”, ampliação da carga horária mínima, de 800 horas anuais para 1000 horas anuais. Ademais, traz a promessa de “liberdade de escolha”, pois essa reformulação curricular contempla as aprendizagens comuns e essenciais a todos os jovens, e oferta novas possibilidades de ensino a partir dos itinerários formativos, onde os estudantes poderão cursar um ensino técnico e profissional, “facilitando” sua inserção no mercado de trabalho.

Levando em consideração o exposto e a problemática que se propõe analisar, o presente trabalho se estrutura em quatro capítulos, o primeiro se refere a Reforma do Ensino Médio, traçando a trajetória do Ensino Médio no Brasil e os principais marcos entre a instituição da LDB e Reforma do Novo Ensino Médio. O segundo capítulo realiza o mapeamento das produções científicas acerca da temática escolhida utilizando a revista digital Scielo. O terceiro capítulo propõe abordagem de dados quantitativos, estruturando a pesquisa sobre a quantidade de artigos foram produzidos e publicados envolvendo o tema Novo Ensino Médio, para tal estudo, foram utilizados descritores e filtros para pesquisa. Por fim, o

último capítulo desenvolve um texto abordando como o Novo Ensino Médio colabora para o aumento das desigualdades educacionais no Brasil.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem o propósito de desenvolver um estudo a fim de compreender, a partir da revisão de produções científicas, a proposta da Lei nº 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelece o Novo Ensino Médio e as possíveis implicações para a ampliação da desigualdade educacional.

2.2 Objetivos Específicos

- (I) Compreender o Novo Ensino Médio a partir da análise da legislação pertinente;
- (II) Realizar a revisão das produções científicas sobre o Novo Ensino Médio;
- (III) Identificar, na produção científica, estudos e pesquisas se o desenho do Novo Ensino Médio, a partir da flexibilização curricular, pode implicar na ampliação das desigualdades educacionais.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de natureza bibliográfica, trazendo aspectos qualitativos da temática Novo Ensino Médio, abordando a naturalização das desigualdades escolares e sociais que ocorrem na sociedade.

De acordo com Milton Ribeiro (2023), ex-ministro da educação do antigo governo Bolsonaro (2019-2022), em reportagem para a revista Gazeta do Povo, “Educação é sempre médio e longo prazo, nada a curto prazo, então, o que estamos fazendo aqui vai refletir lá na frente” em 22 de junho de 2022. A partir do exposto anteriormente, entende-se que o novo ensino médio surgiu com o objetivo de aprimorar e garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros, e aproximar a escola de sua realidade social.

A partir desses objetivos, surge o questionamento se essas promessas são cabíveis na sociedade atual, tendo em vista a realidade da maioria dos brasileiros. Segundo Guzzo e Euzebios (2022) podemos observar a relação entre o sistema educacional e as classes sociais, relacionando-se a essa reforma do ensino médio, onde os beneficiados serão aqueles de escolas privadas, que têm a oportunidade de permanecer mais tempo nas escolas.

A presente pesquisa surgiu a partir da consciência do panorama histórico social em que se deu e no qual se mantém a iniciativa privada no Brasil, em meio ao cenário de desigualdades. Justifica-se, portanto, a necessidade de realizar pesquisas em educação, uma vez que ela está sendo utilizada como ferramenta para propiciar a privatização escolar, o que, como consequência, pode ocasionar a evasão de alunos em situação de vulnerabilidade social.

O tema será desenvolvido através de pesquisas bibliográficas, consistindo na revisão da literatura de artigos científicos. Para assegurar a veracidade dos fatos, será utilizado a plataforma “SciELO”, um mecanismo virtual de pesquisa de livre acesso que disponibiliza textos acadêmicos completos de diferentes áreas do conhecimento, todos submetidos a rigoroso processo de revisão por pares, garantindo a confiabilidade das informações.

A abordagem da revisão bibliográfica será qualitativa, logo, durante o exposto foram abordados dados relacionados à “qualidade”, ou seja, é uma pesquisa focada em entender aspectos subjetivos, como aspectos presentes na

sociedade, tais como desigualdades educacionais, compreendendo ideias, pontos de vista, comportamentos, entre outros. Desse modo, apresentamos um capítulo teórico que busca compreender o desenvolvimento de produções acadêmicas vinculadas ao Novo Ensino Médio no Brasil.

A pesquisa realizada em textos acadêmicos foi desenvolvida em diferentes etapas, a primeira consiste na busca e escolha de fontes. Como dito anteriormente, o Scielo é utilizado como ferramenta de procura, utilizando os seguintes descritores: Novo Ensino Médio, Itinerários Formativos e Reforma do Ensino Médio. Após encontrar investigações com essa temática, realizou-se um processo de seleção a partir da leitura dos resumos dos trabalhos selecionados, identificando a pertinência dos mesmos para com o objetivo central do presente estudo, descartando aqueles que não tinham relação com o objeto proposto.

Após a seleção dos artigos, houve a leitura da bibliografia, durante a qual realizou-se fichamentos, trazendo os tópicos das ideias principais dos textos, incluindo citações a serem utilizadas. Com os fichamentos realizados, ocorreu o momento de reunir as informações que constam nos tópicos e estruturar o desenvolvimento do trabalho, ou seja, os capítulos. Após a estruturação dos capítulos iniciou-se a escrita do trabalho, passo a passo, trazendo à tona todas as informações que constam nos passos anteriores da pesquisa.

Com isso, esta pesquisa se desenvolve analisando minuciosamente essa reforma do ensino médio, de modo a identificar os resultados de pesquisa que possam indicar implicações do Novo Ensino Médio para ampliação das desigualdades educacionais e o direito à educação, seus objetivos e abordagens, de maneira a contribuir com o debate e amadurecimento do campo de pesquisa.

4 REFORMA DO ENSINO MÉDIO

4.1 A trajetória do Ensino Médio no Brasil: Principais marcos entre a instituição da LDB e Reforma do Novo Ensino Médio

Desde a década de 1990, as políticas educacionais no Brasil passaram por grandes mudanças. Isso ocorreu porque o país começou a se alinhar com a economia global, seguindo tendências como globalização, acumulação flexível e neoliberalismo. Essas ideias já estavam presentes nos países desenvolvidos desde os anos de 1970. Neste cenário, é promulgada a LDB. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, esta lei substituiu a Lei nº 5.692/1971, até o momento a legislação principal que organizava a educação brasileira.

A LDB/96 é a principal legislação que regulamenta e organiza a educação brasileira, estabelecendo diretrizes, bases e leis educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, organizando a estrutura educacional do Brasil da seguinte forma: Educação Básica, constituída de três etapas: educação infantil (de 0 aos 5 anos de idade), ensino fundamental (dos 6 aos 14 anos) e ensino médio (dos 15 anos 17 anos); e Educação Superior.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, são estabelecidas sete modalidades de ensino: Educação Profissional e Tecnológica (EPT); Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação a Distância (EaD); Educação Especial; Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola. (Ministério da Educação, 2010).

Em sua versão original, estabeleceu que o ensino médio, a última etapa da Educação Básica, deveria ter uma duração mínima de 3 anos; uma carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas em pelo menos 200 dias de efetivo trabalho escolar; um currículo formado por uma base nacional comum, complementado por uma parte diversificada de acordo com cada sistema de ensino; e as seguintes finalidades:

I) Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental;

II) Preparar de forma básica para o trabalho e a cidadania;

III) Aperfeiçoar o estudante como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico;

IV) Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

O governo de Fernando Henrique Cardoso realizou a separação formal do ensino médio da educação profissionalizante e tecnológica, através do decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, estabelecendo níveis para a modalidade de ensino profissionalizante, resultando no formato de ensino propedêutico, desvinculado do mundo do trabalho.

básico: destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores; 2) técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio; e 3) tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica; e que o nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a este (Brasil, 1997).

Historicamente, o ensino médio é palco de disputas, onde conservadores vinculados a classe dominante veem a educação básica como uma etapa preparatória da juventude brasileira, a fim de atender de forma massiva as demandas do mundo capitalista, enquanto outros pesquisadores e professores defendem a importância dessa etapa para além do mercado de trabalho, sendo uma etapa fundamental para a formação integral.

“[...] do ponto de vista da educação, ocorre uma disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem do capital e a necessidade por uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento em todos os níveis” (Frigotto & Ciavatta, 2003, p.97).

A CEB (Câmara de Educação Básica) do Conselho Nacional de Educação (CNE), instituiu, por meio da Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), as quais estabeleceram que a base nacional comum dos currículos do ensino médio compreenderia pelo menos 75% (1800 horas) do tempo mínimo de 2400 horas, estabelecido pela LDB/1996, 3 anos x 800 horas. Os currículos seriam organizados em três áreas de conhecimento, sendo elas: Linguagens, Códigos e suas

tecnologias; Ciências da natureza, Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias.

O governo Lula da Silva (2003 - 2010) trouxe projetos políticos voltados a reforma social, econômica e educacional, visando a atender com prioridade às camadas populares da sociedade, ainda que o país estivesse imerso no sistema econômico neoliberal. Esse Governo promoveu dois seminários nacionais, o primeiro voltado ao ensino médio e construção política, e o segundo voltado ao ensino profissionalizante, promovendo propostas, problemas, experiências e concepções.

Em consequência destes seminários, o governo Lula sancionou o decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004, revogando o decreto nº 2208/1997 do governo FHC, restaurando a possibilidade de cursos técnicos integrados ao médio.

Dentre os programas criados, é importante ressaltar o Programa Brasil Profissionalizado, sancionado pelo decreto 6302 de 12 de dezembro de 2007, com o intuito de estimular os Estados, Distrito Federal e municípios a oferta de ensino médio integrado ao médio, promovendo a educação geral e formação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais (BRASIL, 2007). Ademais, estabeleceu que a educação básica seria obrigatória e gratuita para pessoas de 4 aos 17 anos, assegurando ainda a gratuidade para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade certa.

O governo Dilma Rousseff (2011-2016) instituiu o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), através da lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com os objetivos: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de qualificação profissional; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional (Brasil, 2011).

Tal ação contribuiu positivamente para a valorização da educação pública, tendo em vista que o programa visava atender, prioritariamente, estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, inclusive Educação de Jovens e Adultos.

Dentre seus feitos durante o mandato, é importante ressaltar a sanção do Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da lei nº 13005 de 25 de junho de 2014, plano feito para dez anos (2014-2024), composto por 20 metas, destacando

as que dizem respeito ao ensino médio. Em tese, essas metas representam um avanço para a educação brasileira, entretanto, de acordo com os relatórios feitos pelos Ciclos de Monitoramento do PNE, as metas não serão alcançadas até 2024. Tais dados são divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

4.2 A Reforma do Ensino Médio (13.415/2017)

Após o golpe sofrido pela até então presidente da república Dilma Rousseff em 2016, ascendeu à presidência em 31 de agosto do mesmo ano, seu vice-presidente Michel Temer (2016 - 2018). Uma das primeiras medidas adotadas por seu governo foi a promulgação da Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, propondo a modificação dos currículos do ensino médio, aumento da jornada escolar e política que visava fomentar a implementação de escolas em tempo integral.

A Medida Provisória nº746/2016, propõe as seguintes medidas para serem adotadas no ensino médio:

- 1) Aumento da carga horária mínima anual, de 800 horas ampliou-se para 1400 horas;
- 2) Currículo composto pela Base Nacional Comum Curricular e por cinco itinerários formativos, sendo eles: a) linguagens; b) ciências da natureza; c) matemática; d) ciências humanas; e) formação técnica e profissional;
- 3) Carga horária da BNCC de no máximo 1200 horas, contemplando principalmente português e matemática durante a jornada de três anos de ensino médio;
- 4) Possibilidade do ensino a distância;
- 5) profissionais notório saber para atuar como docentes nos itinerários formativos técnico profissional;
- 6) Parceria de instituições públicas e privadas para os itinerários formativos técnico profissional. (Brasil, 2016)

Conforme descrito por Silva e Scheibe (2017), a proposta do Novo Ensino Médio é baseada em uma visão pragmática e mercantilizada do ensino médio público. Essa proposta não apenas influencia a definição das finalidades e concepções que orientam os processos formativos nas escolas, mas também afeta o financiamento público para a oferta privada de educação nos sistemas públicos de ensino.

Quatro meses após sua tramitação no Congresso Nacional, a Medida Provisória foi convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, com poucas

alterações. Esta lei institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e modifica a LDB/1996, especialmente no que diz respeito à organização curricular da última etapa da Educação Básica.

Atualmente, é a lei principal que estabelece a reforma do Ensino Médio. Entre as principais mudanças, destaca-se a flexibilização do currículo, permitindo que os estudantes escolham itinerários formativos que melhor atendam aos seus interesses e objetivos profissionais. A lei também prevê a inclusão de atividades práticas e a ampliação da carga horária.

De acordo com Silva (2018), são utilizados muitos argumentos a fim de defender o novo ensino médio, um dos principais é que deve-se corrigir o número 'exorbitante' de disciplinas no ensino médio, pois elas não são adequadas para o mercado de trabalho, e que, os itinerários formativos são mais viáveis no atual contexto em que vivemos, pois, estão alinhadas às orientações do Banco Mundial.

Araujo (2019) ressalta em seu texto que a nova reforma foi construída sem a participação ou opinião dos principais protagonistas da educação, que vivenciam o dia a dia escolar, como alunos, professores, gestores e pais. Em vez disso, as decisões foram influenciadas por grandes grupos empresariais, como os participantes do Movimento Todos Pela Educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), evidenciando o processo de privatização da educação. Além disso, observa-se que o interesse desses grupos pela educação tem assumido uma posição conservadora no cenário educacional brasileiro, o que foi notório durante a reforma.

Ainda de acordo com o autor, o ensino médio é palco de debates desde a década de 1990, período em que as políticas educacionais agiam como instrumento a serviço do capital, trazendo discurso disfarçado de intencionalidades burguesas, a fim de proporcionar aos filhos da classe trabalhadora, uma educação voltada aos interesses capitalistas, preparando-os ao mercado de trabalho.

A Lei nº 13.415/2017 estabeleceu, entre outros aspectos, as seguintes diretrizes para o ensino médio:

- a) O currículo deve ser organizado pela BNCC e por cinco itinerários formativos; b) A BNCC, com uma carga horária máxima de 1800 horas, é constituída por quatro áreas do conhecimento: I - linguagens e suas

tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. Incluir obrigatoriamente o ensino da língua portuguesa, matemática e língua inglesa; c) Os itinerários formativos devem ser organizados de acordo com diferentes arranjos curriculares, conforme as possibilidades dos sistemas de ensino, com ênfase em uma das quatro áreas de conhecimento mencionadas e mais o itinerário de formação técnica e profissional; d) É prevista a possibilidade de formação integrada, combinando a BNCC e os itinerários formativos; e) Profissionais com notório saber podem atuar como professores exclusivamente no itinerário de formação técnica e profissional; f) Estabelecimento de parcerias público-privadas para o desenvolvimento do itinerário de formação técnica e profissional (Brasil, 2017).

Com a justificativa de que a quantidade de matérias era ‘exorbitante’, houve a redução das disciplinas gerais dos estudantes, com diminuição de 600 horas (de 2400 horas para no máximo 1800 horas). Para a classe trabalhadora, tal diminuição impossibilita que consiga aprofundar nos estudos, desenvolvendo a concepção de uma formação superficial e limitada, alinhada aos interesses do capital.

Evidentemente, é urgente uma mudança nos currículos do ensino médio, que não atendem à classe trabalhadora, havendo certa negligência. De acordo com Moura e Lima Filho (2017), é necessária uma formação integral que integre diversas áreas do conhecimento, como ciências, tecnologias e cultura, sendo importante integrar diferentes eixos para nortear o currículo. Entretanto, a mudança feita pela Lei nº 13.415/2017 não é benéfica à sociedade, sendo um enorme retrocesso para a juventude brasileira e sua formação, agindo de forma ‘sorradeira’ a fim de transformar os interesses educacionais em interesses capitalistas, desviando-se de uma educação que conduza a juventude para qualificação para o trabalho e cidadania, cenário onde a educação de qualidade deveria ser regra para todos e não um privilégio para poucos.

4.3 Itinerários Formativos

De acordo com o portal do MEC, “Os itinerários formativos consistem em uma variedade de disciplinas, projetos, oficinas e núcleos de estudo que os alunos podem escolher no ensino médio. Esses itinerários podem se aprofundar em uma área específica do conhecimento (como Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, ou Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) ou na Formação Técnica e Profissional (FTP), ou ainda combinar áreas de conhecimento e a FTP. As redes de ensino têm a liberdade de

decidir quais itinerários serão oferecidos, com base em um processo que inclui a participação de toda a comunidade escolar”.

Entretanto, ao analisarmos a realidade vemos que tais mudanças são diferentes na prática. A princípio, será destacado a peça midiática utilizada nas propagandas políticas sobre a flexibilização dos currículos, com o atrativo de que os estudantes poderiam escolher o itinerário formativo que quisesse, exercendo seu protagonismo na sociedade escolhendo uma espécie de guia de carreira, que, teoricamente o prepararia para o futuro.

[...] sob falácia da livre escolha, sob a falácia de atender o interesse do aluno, implanta-se na verdade um sistema em nome do qual os estados (as unidades escolares) estarão submetidos a um conjunto muito escasso de condições de trabalho e ao rígido controle e responsabilização através das avaliações nacionais. (Krawczyk; Ferretti, 2017, p. 42, 43)

Pensando que a escolha pelo itinerário formativo deve ser feita de forma que caiba nos planos de carreira futuros, Ciavatta (2010) evidencia que tal escolha é feita de forma extremamente prematura, já que pode ser decisiva para o futuro dos jovens, tendo em vista que os que escolherem por itinerários voltados a ciências e humanidades podem ser melhor preparados para o ensino superior, enquanto os que optarem por itinerários de formação técnica e profissional poderão ser inseridos prematuramente no mercado de trabalho, sendo direcionados a isso.

A formação dos alunos acaba sendo debilitada considerando que o ensino está direcionado a áreas do conhecimento e interesse, pois ele deixa de ter uma formação ampla. A formação fica ainda mais fragilizada com a possibilidade de os conteúdos serem realizados por meio da educação a distância, dessa forma os estudantes precisam ter acesso às novas tecnologias, como computadores, celulares, internet, além de acesso a eletricidade.

A reforma do ensino médio também traz prejuízos aos docentes atuantes nesse nível de ensino. Os prejuízos são ocasionados pois a nova lei permite que profissionais notórios¹ possam atuar como professores no itinerário técnico profissionalizante, ministrando conteúdos relacionados a sua experiência e

¹ Lei nº 13.415/2017 - Art. 61. “Para a oferta de educação profissional técnica de nível médio, poderão ser admitidos, como professores, profissionais com notório saber, reconhecido em sua área de atuação, e que atendam às condições estabelecidas em regulamento, sem a exigência de formação específica em pedagogia ou licenciatura” (Brasil, 2017).

formação, substituindo professores licenciados ou graduados para atuarem na carreira docente.

De acordo com o Art. 62, da LDB/1996 (versão original), é de caráter obrigatório para atuar na educação básica, a formação de nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. Dessa forma, vemos que o exposto no parágrafo anterior, que a nova lei do ensino médio permite que profissionais não licenciados atuem como professores, fere o disposto no artigo 62.

Com a reforma, torna-se obrigatório no ensino médio apenas as disciplinas de português e matemática. De acordo com o Portal do Ministério da Educação, as demais disciplinas não foram retiradas do currículo,

A proposta atual da BNCC, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), mobiliza conhecimentos de todos os componentes curriculares em suas competências e habilidades e, portanto, torna seu desenvolvimento obrigatório. Os currículos de referência das redes e os Projetos Pedagógicos das escolas que irão definir a organização e a forma de ensino dos conteúdos e conhecimentos de cada um desses componentes, considerando as particularidades e características de cada região. (BNCC, 2017).

Ou seja, os alunos só possuem duas disciplinas obrigatórias, o novo currículo não retirou as disciplinas, mas implementou um sistema onde os estudantes devem escolher um itinerário, estes possuem matérias de apenas uma área do conhecimento. Com a implementação, as escolas devem se adequar, criando disciplinas de acordo com suas especificidades e região. Ademais, é válido ressaltar que os principais vestibulares do Brasil, como o Enem, continuam com o mesmo formato, tendo uma prova que abrange diversas áreas do conhecimento, e não apenas uma, como ditam os itinerários.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), “a Lei do Novo Ensino Médio, que altera a LDB, não trata especificamente do ENEM. O MEC compreende que o ENEM deverá se adequar à BNCC, portanto a mudança será gradual e só deverá ocorrer a partir de 2020”. A partir do exposto, reflete-se que até o momento, não houve mudanças no formato das provas do ENEM, a mudança foi apenas no ensino médio, proporcionando uma formação incompleta aos estudantes.

Kuenzer (2017), aponta o grave retrocesso na formação dos jovens brasileiros ocasionado pela reforma, ainda aponta que disciplinas como educação física, artes, sociologia e filosofia devem sim ser incluídas obrigatoriamente na Base

Nacional Comum Curricular (BNCC), pois são disciplinas importantes para a formação integral dos jovens. O autor cita uma proposta de inclusão destas disciplinas no ensino médio, essa proposta apresenta que tais disciplinas seriam incluídas em apenas um período do percurso total do ensino médio, podendo ocasionar em apenas um módulo de pouca duração para cada uma das disciplinas.

Para concretizar a reforma do ensino médio, o CNE estabeleceu, através da Resolução CNE-CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM). Essa base define um conjunto coerente e progressivo de aprendizagens essenciais para adolescentes, jovens e adultos no ensino médio, além de fornecer diretrizes para sua implementação pelos sistemas de ensino e redes escolares (Brasil, 2018).

Silva (2018) aponta que a BNCC-EM traz de volta a ideia dos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais dos anos 1990, propondo habilidades gerais e específicas para cada área ou matéria. Ferretti (2018) acrescenta que o currículo do ensino médio, focado no desenvolvimento de habilidades, é defendido pelo mercado, que busca uma educação prática e controlada. Com isso, é evidente que as mudanças no ensino médio atendem muito mais ao mercado e ao capital do que aos protagonistas da educação, professores, alunos, gestores e pais. Tais mudanças foram feitas para atender os interesses da classe dominante, sendo mascaradas e implementadas como uma forma de melhorar a educação no Brasil.

5 O QUE NOS DIZ A LITERATURA SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

No presente capítulo, será desenvolvida a análise da fundamentação teórica deste Trabalho de Conclusão de Curso, onde serão apresentados os principais artigos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, através da revisão de literatura. Foram utilizados quatro artigos para tal revisão.

Os artigos utilizados foram retirados do Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Revista Retratos da Escola, ambas são bibliotecas virtuais de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico.

Destaca-se a importância de ambas as revistas para o cenário de produções científicas no Brasil. A Scielo é uma biblioteca muito abrangente, tendo periódicos que abordam diversos temas, incluindo educação, tudo de forma gratuita. A revista Retratos da Escola é uma publicação importante no cenário educacional brasileiro, especialmente para profissionais da educação, pesquisadores e gestores. Tratando-se de educação, ambas são muito importantes cientificamente, por terem textos com enfoque acadêmico científico, trazendo reflexão crítica e debate.

Para a pesquisa, foram utilizados os descritores: “Novo Ensino Médio”, “Itinerário Formativo”, “Lei nº 11.494”, “Desigualdades e novo ensino médio” e “Desigualdade educacional no Brasil”. Com a análise dos artigos encontrados, a partir da leitura do resumo de cada um, foi feita a seleção documental. Com esses descritores, foram selecionados 25 artigos a partir da leitura dos títulos dos trabalhos. Desses 25, reduziu-se a 4 artigos analisados a seguir, tal escolha baseou-se na leitura dos resumos dos trabalhos.

Analisar artigos científicos é uma etapa essencial na elaboração de uma pesquisa científica. Essa prática desempenha um papel crucial na fundamentação teórica do trabalho, proporcionando uma base sólida de conhecimento sobre o tema escolhido. A leitura e análise de artigos ajudam a compreender o que já foi estudado, as teorias predominantes e a evolução do tema ao longo do tempo. A análise de artigos também contribui para o aprimoramento da metodologia, fornecendo diferentes percepções sobre abordagens metodológicas, técnicas de análise de dados e ferramentas que podem ser aplicadas, além da extrema importância para o desenvolvimento crítico. (Freitas & Prodanov, 2013, p.42).

A leitura crítica de artigos permite uma visão mais profunda sobre o tema, estimulando o questionamento e o debate das conclusões dos autores. Isso aprimora a capacidade de argumentação e a crítica acadêmica, elementos essenciais para a construção de um trabalho acadêmico, tendo em vista que a partir

da análise de diversos artigos, temos diferentes aspectos e abordagens sobre o mesmo tema, contribuindo para maior riqueza na pesquisa.

A seguir apresentamos os artigos selecionados juntamente com as ideias centrais de cada texto. Tais artigos foram selecionados a partir da leitura de seus respectivos resumos.

Quadro 1: Mapeamento de produções científicas

Título	Tema	Autor(a), Autores(a s)	Ano	Periódico científico	Palavras-Cha ve	Metodologia empregada
Projeto da MP nº 746: Entre o Discurso e o Percurso de um Novo Ensino Médio	Estudo sobre a Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que institui a reforma do ensino médio, abordando argumentos utilizados para fundamentar sua implementação e discutir as principais alterações propostas com relação à (re) organização do ensino médio.	Rosilda Arruda Ferreira; Luiza Olivia Lacerda Ramos	2018	Scielo (Scientific Electronic Library Online)	Ensino Médio; Medida Provisória nº 746; Educação Básica	Utilizaram-se a metodologia de análise de conteúdo e a análise documental para tal investigação
Itinerários formativos e 'liberdade de escolha': Novo Ensino Médio em São Paulo	Este estudo examina a promessa de "liberdade de escolha" oferecida aos estudantes brasileiros pela Lei nº 13.415/2017.	Fernando Cássio; Débora Cristina Goulart	2022	Revista Retratos da Escola	Ensino Médio; Desigualdades Educacionais; Educação Integral; Projeto de Vida	Utilizaram-se a metodologia de análise de conteúdo, desenvolvendo uma pesquisa qualitativa
Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes	Trata sobre a reforma do ensino médio, analisando até que ponto certos conteúdos e práticas sugeridos estão alinhados com ideias e	Danyelle Nilin Gonçalves; Irapuan Peixoto Lima Filho; Harlon Romariz Rabelo Santos	2024	Scielo (Scientific Electronic Library Online)	Escola pública; Meritocracia; Reforma do ensino médio; Juventudes; Reflexividades	Utilizaram-se a metodologia de análise de conteúdo, desenvolvendo uma pesquisa qualitativa

	discursos baseados em individualismo e meritocracia.					
Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais	Dar publicidade aos resultados de pesquisa que analisou as propostas curriculares das 16 unidades da federação que haviam concluído a adequação até dezembro de 2021, problematizando-as a partir da relação entre juventude e escolarização	Monica Ribeiro da Silva; Nora Rut Krawczyk; Guilherme Eduardo Camilo Calçada	2023	Scielo (Scientific Electronic Library Online)	Juventudes; Itinerários formativos; Reforma do ensino médio; Novo ensino médio	Pesquisa documental com abordagem qualitativa

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Título: Projeto da MP nº 746: Entre o Discurso e o Percurso de um Novo Ensino Médio

Desde o início do texto, o artigo menciona que existem muito mais questionamentos acerca da reforma do ensino médio do que explicações para tamanha mudança. O principal objetivo do texto foi levantar questões sobre a Medida Provisória nº 746, a fim de contribuir de forma crítica ao debate nacional sobre a nova organização do ensino médio. Esta Medida Provisória institui uma política a fim de incentivar a instituição de escolas em tempo integral e a reforma do ensino médio, com alteração no currículo e carga horária dos alunos.

A medida, que enfrentou protestos e foi alvo de muitas críticas, acabou sendo aprovada e se transformou na Lei nº 13.415/2017. Esta lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases e estabeleceu a reforma do ensino médio, tendo aumento na carga horária dos estudantes e definiu uma nova organização curricular. Durante o processo, foram propostas 570 emendas, estas com o objetivo de influenciar no processo de elaboração legislativo, o que mostra o quanto o tema é polêmico e envolve diferentes interesses.

Durante a divulgação da reforma do ensino médio, um dos pontos-chaves a serem divulgados foi a ideia de que os estudantes poderiam escolher o que estudar, o que parece atraente, pois traz a ideia de que os estudantes estão decidindo seu futuro e exercendo plenamente sua cidadania; entretanto, na prática as situações se dão de forma diferente, visto que quem decide as opções de estudo são os sistemas de ensino, que por sua vez, são influenciados por várias questões não bem discutidas.

Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais (Ramos; Ferreira; 2018).

Diante do exposto, é importante questionar se é viável defender o principal objetivo da MP nº 746, que foi incorporada à Lei nº 13.415, no que se refere à flexibilização do currículo atual. É válido ressaltar que o aspecto do currículo mencionado na MP nº 746, considerado “excessivamente acadêmico e desvinculado da realidade do mercado de trabalho”, foi estabelecido pelo mesmo ministério e sistematizado através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, do ano de 2013.

O texto conclui evidenciando o fato de que o novo modelo de ensino permite que o estudante escolha as áreas de conhecimento de acordo com seus interesses e planejamento de vida, como diz o projeto da MP nº 746 e que foi confirmado na Lei nº 13.415, as escolas de ensino médio precisam ter a capacidade de oferecer todas as opções dos cinco itinerários formativos propostos, com boas condições e professores valorizados e bem preparados.

A partir deste fato, é visto que, para as autoras, este será um dos maiores desafios enfrentados pela população brasileira. Termina-se essas reflexões com uma pergunta: é possível reconhecer a proposta de sociedade que está por trás desta MP? Será que essa é a reforma que precisamos?

Título: Itinerários formativos e ‘liberdade de escolha’: Novo Ensino Médio em São Paulo

O texto revela que o estado de São Paulo, que propagou com orgulho de ser o primeiro a adotar o Novo Ensino Médio no Brasil, está mostrando que a promessa de liberdade de escolha feita pela reforma do ensino médio não se concretizou. O fato de que as condições das escolas influenciam mais do que as escolhas pessoais dos alunos sobre as disciplinas que podem cursar não é uma surpresa. Muitos especialistas em educação, que trabalham nas escolas ou estudam o tema, já esperavam esses resultados.

O conteúdo mostra uma análise da Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), trazendo que a liberdade de escolha individual só seria possível se houvesse um grande investimento em infraestrutura e na contratação de mais professores. Sem esses investimentos, a liberdade de escolha acaba sendo restrita e disponível principalmente para alunos de escolas privadas ou das melhores escolas estaduais.

A promessa de liberdade de escolha foi usada como um argumento para apoiar a reforma, mas, na prática, essa liberdade está muito limitada pelas condições das escolas e não está mudando significativamente. Portanto, a reforma acaba beneficiando principalmente os alunos de classes mais altas, enquanto os estudantes mais pobres enfrentam condições de ensino piores.

O material do texto trouxe que a ideia de liberdade de escolha foi usada como um argumento ideológico para justificar a reforma. De acordo com o texto, em novembro de 2016, uma pesquisa feita pelo MEC revelou que 70% dos entrevistados eram a favor de permitir que os alunos escolhessem as disciplinas no ensino médio, e 86% apoiavam a ampliação das escolas em período integral. A pesquisa também perguntou sobre a qualidade da educação no Brasil, com 91% das avaliações entre 'regular' e 'péssima', e a maioria dos entrevistados (72%) apoiou a reforma como uma forma de melhorar a qualidade das escolas e aumentar a liberdade. Porém, usar a 'liberdade de escolha' como propaganda reforça as desigualdades já existentes, realçando as limitações das escolas. (MEC, 2016).

Os dados mostram que, na cidade de São Paulo, o Novo Ensino Médio falha em oferecer liberdade de escolha verdadeira, além de também oferecer condições de ensino inferiores para os alunos mais pobres.

Título: Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes

Os dados analisados neste artigo mostram que muitos jovens possuem grandes expectativas em relação a uma vida educacional e futura que lhes proporcione estabilidade e melhores condições sociais. Essas expectativas indicam a vontade que esses jovens têm de melhorar suas condições sociais. Porém, essas expectativas andam juntas a uma massificada adesão a ideias meritocráticas relacionadas à educação, com baixa reflexão sobre fatores sociais. A meritocracia escolar é um sistema que promete recompensar os alunos com base em seus esforços, distinguindo alunos com base em suas habilidades, oferecendo benefícios para a motivação e o reconhecimento do trabalho realizado. Porém, na prática ocorre de forma diferente, tendo dimensão negativa, pois pode acentuar e ampliar as desigualdades já existentes na sociedade (Ferreira; Alves; Palmeirão, 2023).

Dados apontam que professores, gestores e colegas são agentes do ambiente escolar que influenciam significativamente para esta visão, desempenhando importante papel para essa visão do futuro. O texto traz que é de extrema importância refletir e discutir sobre o papel da escola, visto que reproduz certos valores ou cria discursos que ajudam ou dificultam o progresso dos alunos.

Os relatos e dados indicam que os agentes do universo escolar – professores e colegas – são atores significativos no processo de construção dessa visão. Esse quadro de expectativas de futuro, por mais que moderadas, e a crença em seu papel, pode ser uma oportunidade para potencializar tais trajetórias estudantis, cabendo uma reflexão sobre o papel da instituição escolar, seu sentido para esses estudantes e a capacidade objetiva da escola em oferecer as condições de aprendizagem para o desenvolvimento pessoal e educacional. Cabe uma reflexão sobre como a escola reproduz ou não determinados valores ou constroi discursos que podem potencializar ou não essas trajetórias (Ferreira; Alves; Palmeirão, 2023).

Ademais, o texto aborda a discrepância entre as expectativas dos jovens brasileiros e a educação oferecida pelo novo ensino médio. Nesta temática, há muitas pesquisas que abordam sobre o tema, como o novo cenário de mudanças trazidas pela reforma do ensino médio afetam o papel da escola na sociedade brasileira e sua interação com os jovens na formação de suas expectativas e trajetórias.

Tal questão oferece uma oportunidade para refletir sobre o tipo de escola de ensino médio que desejamos como sociedade e para a sociedade, e qual deve ser a

função pública dessas instituições, que têm um papel crucial e abrangente na vida social das pessoas.

Título: Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais

De acordo com os autores, o ensino médio é uma etapa crucial na vida dos jovens, desde a Lei de Diretrizes e Bases, é uma etapa que visa um aprofundamento e ‘revisão’ dos conteúdos aprendidos até então, preparando os estudantes para a vida adulta em sociedade, para o mundo do trabalho e prosseguimento nos estudos.

A pergunta central do artigo, que desenvolve uma profunda discussão é: qual currículo seria capaz de responder às imensas desigualdades educacionais no Brasil? O texto destaca que esta questão está bastante presente desde a implementação da lei que instaurou a reforma do ensino médio, adquirindo centralidade tendo em vista as disputas sobre as políticas curriculares do ensino médio. É em meio a esse cenário que foi instaurada a reforma do ensino médio.

Um dos tantos questionamentos trazidos pelos autores é que o novo ensino médio surgiu como uma “solução” para a fragmentação educacional existente. O que pode parecer, à primeira instância, atrativo para os jovens, flexibilizando sua formação e dando-lhe algumas possibilidades de escolha e certificados intermediários, a composição dos currículos das escolas estaduais nos permite ver que essa reforma caminha para uma fragmentação ainda mais profunda na educação, e a ausência de integração com o ensino fundamental é apenas mais um instrumento para a situação educacional brasileira se agravar ainda mais.

Analizando as propostas curriculares dos estados revelou-se que, em relação à preparação para o mercado de trabalho, o Novo Ensino Médio, ao incluir a formação técnica e profissional como um dos caminhos formativos, pode ser composto por cursos de curta duração que não estão interligados. Isso significa que não garante uma qualificação profissional completa. Ademais, quando oferecido na modalidade a distância, resulta em uma formação profissional de qualidade inferior e reduzida.

Da mesma forma, a preparação para o acesso ao ensino superior pode não estar garantida, dado o alto nível de concorrência por vagas. O texto traz que, apesar das mudanças realizadas pela reforma do ensino médio, os principais vestibulares do Brasil não modificaram seus formatos e instrumentos de avaliação,

ampliando ainda mais as desigualdades existentes, tendo em vista que, dessa forma, o ingresso em universidades públicas se tornou ainda mais difícil.

As análises indicam que a reforma do ensino médio e suas repercussões nos currículos estaduais foram realizadas sem uma avaliação aprofundada e responsável das condições da última etapa da educação básica e das necessidades dos jovens brasileiros. É importante ressaltar que a Medida Provisória nº 746/16, que iniciou a reforma teve como justificativas a eficiência dos desempenhos observados em avaliações em larga escala e em exemplos descontextualizados de currículos de outros países.

É importante destacar que, a partir de 2023, com o governo de Luis Inácio Lula da Silva, houve intensa movimentação a fim de reverter o novo ensino médio. Após uma consulta pública, o Ministério da Educação anunciou em 7 de agosto do mesmo ano, a intenção de implementar mudanças, incluindo a redução do número de itinerários e a introdução de uma padronização com abrangência nacional.

Um ano após o destacado no parágrafo anterior, é visto que a situação caminha para um futuro ainda mais conturbado, onde as desigualdades educacionais são ampliadas, prejudicando principalmente as pessoas mais pobres e vulneráveis. De acordo com o texto, com tantas mudanças, muitos alunos da rede pública de ensino encontram diversas dificuldades para frequentar a escola, uma das mudanças decisivas neste processo foi o aumento da carga horária.

Com isso, em 2024, foi lançado o programa Pé de Meia pelo governo federal brasileiro, com o intuito de apoiar estudantes de baixa renda a concluírem o ensino médio. O foco principal é oferecer ajuda financeira para garantir a permanência desses alunos na escola. Contudo, apesar de parecer uma iniciativa positiva, é essencial reconhecer que apenas recursos financeiros não resolvem os problemas estruturais da educação no Brasil. É preciso ir além do apoio financeiro e implementar mudanças significativas no sistema educacional, repensando o modelo atual de educação do país. A conclusão do ensino médio deve ser encarada como parte de um processo educacional mais amplo, com o objetivo de formar cidadãos críticos, criativos e participativos na sociedade.

6 MAPEAMENTO DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS QUE VERSAM SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO E O AUMENTO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

6.1 Caracterização do balanço de produção

O Scielo (Scientific Electronic Library Online) é uma biblioteca virtual de revistas científicas disponíveis online. A biblioteca utiliza a metodologia Scielo, que emergiu de um projeto para o desenvolvimento de uma metodologia capaz de preparar, armazenar, disseminar e avaliar publicações científicas em formato eletrônico.

A primeira fase do projeto foi realizada entre fevereiro de 1997 e março de 1998. Esta iniciativa surgiu de uma colaboração entre a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), a BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde) e editores de revistas científicas. Ao decorrer de sua elaboração, o projeto foi chamado de Biblioteca Científica Eletrônica Online, com a sigla Scielo, correspondente à sua versão em inglês.

Este banco de dados oferece a possibilidade de realizar pesquisas usando filtros e descritores, o que facilita a busca. Assim, é possível encontrar produções científicas relevantes sobre o tema de interesse, com base em títulos, resumos e palavras-chave. No nosso caso, utilizaremos este banco de dados para fazer um balanço da produção científica.

O balanço de produções científicas é um dos primeiros passos de uma pesquisa de caráter bibliográfico, que acompanha o presente trabalho, pois através dele busca-se artigos que conversem com a temática abordada, relacionando-os à pesquisa desenvolvida.

É fundamental destacar que, para desenvolver uma pesquisa seja na área da Educação ou em qualquer outra área, é essencial que o pesquisador possua um conhecimento sólido sobre o tema em questão. Nesse sentido, o Balanço de Produção desempenha um papel crucial, pois permite identificar e reunir as produções acadêmicas existentes sobre o assunto a ser explorado.

Para Goldenberg (2004), ao realizar uma pesquisa, desenvolvemos um conhecimento original, alinhado com determinadas exigências científicas. Trata-se de um trabalho de criação de conhecimento estruturado, que vai além da mera

repetição, contribuindo de maneira significativa para o avanço da área de estudo em questão.

O balanço de produção é uma ferramenta para pesquisa bibliográfica que tem um papel bastante importante na formação do campo teórico de uma área do conhecimento. Seu principal intuito é mapear as produções acadêmicas em diversas disciplinas, visando identificar o que foi produzido sobre um tema específico ao longo de um período determinado.

Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se a internet, que atualmente se tornou uma fonte quase essencial para pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Seu vasto acervo gratuito permitiu que as possibilidades de pesquisa e acesso fossem ampliadas.

6.2 Metodologia do balanço de produção

Foi usado o banco de dados da Scielo, passando por algumas etapas para elaboração da pesquisa. Os passos da pesquisa foram: Definição dos descritores; Definição do banco de dados; Seleção dos critérios; Seleção das Pesquisas.

Para a definição dos descritores foram utilizadas as palavras chave do trabalho, sendo palavras que capturam a essência do conteúdo do texto, facilitando a procura dos dados no Scielo pois a partir da busca por palavras chave, utilizando os filtros, é possível identificar os trabalhos que contém a palavra chave no corpo do texto, título ou resumo, por exemplo.

O Scielo foi definido como um banco de dados porque é uma ferramenta importantíssima para a divulgação e o acesso à pesquisa científica de qualidade. Ele possui diversos benefícios, como o acesso livre, oferecendo acesso gratuito a artigos científicos de diferentes periódicos. Para a pesquisa em questão, foi extremamente benéfico, pois possibilitou a utilização de filtros para selecionar periódicos específicos sobre educação, pesquisar a quantidade de artigos sobre o tema em determinado ano, entre outros.

Com isso, foram elaborados alguns critérios para avaliação do material que seria utilizado no trabalho, tais como: Ano de publicação, pois foram selecionados artigos publicados próximos ao ano de 2024 (ano em que o presente trabalho está sendo desenvolvido), seleção de artigos que trabalham com a temática antes e depois da implementação do Novo Ensino Médio, que ocorreu no ano de 2022, e

artigos que contenham as palavras chave no título ou resumo do texto. Na seleção, os resumos dos trabalhos foram muito úteis, fornecendo uma visão geral do que seria apresentado.

Com base nos critérios citados acima, os artigos para desenvolvimento deste capítulo foram selecionados. Este capítulo possui caráter quantitativo, permitindo a quantificação das produções científicas acerca da temática, que se faz tão presente e relevante na atualidade.

A quantificação foi elaborada da seguinte forma: Utilizando o recurso de filtragem dos artigos científicos da plataforma Scielo, buscou-se encontrar a quantidade de artigos publicados de acordo com cada descritor (Novo Ensino Médio, Itinerários Formativos e Reforma do Ensino Médio). Seguiu-se os requisitos a seguir.

- 1) Utilizando o descritor 1, 2 e 3, procurou-se encontrar os artigos publicados com o descrito no título, palavras chave e resumo. A análise foi feita com base nos anos de 2022, 2023 e 2024.
- 2) Os filtros do Scielo não permitem busca nas palavras chave, dessa forma buscou-se os descritores, texto por texto, havendo apenas a filtragem inicial sobre os artigos com o tema em “x” ano.
- 3) Levantamento dos periódicos científicos que publicam textos acerca da Reforma do Ensino Médio, e quantos artigos foram publicados por cada um de 2022 a 2024.
- 4) Com base no levantamento dos periódicos com artigos publicados sobre o novo ensino médio, houve a análise quantitativa sobre a metodologia de cada um, dessa forma, eles foram separados em quantitativos, qualitativos e mistos (com partes quantitativas e qualitativas).

6.3 Resultados do balanço

6.3.1 Ano de Publicação (descritores)

A seguir, será apresentado os dados quantitativos de acordo com os anos de publicação dos artigos, utilizando-se os anos de 2022, 2023 e 2024. Dessa forma, os dados de ano de publicação e descritor foram pareados, combinando os dados nas tabelas abaixo.

Quadro 2: Descritores

Descritor 1	Novo Ensino Médio
Descritor 2	Itinerários Formativos
Descritor 3	Reforma do Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Descritor 1: Novo Ensino Médio

Tabela 1 – Descritor no título

Ano Base	Quantidade de Artigos com o descritor no título
2022	01
2023	04
2024	01

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Tabela 2 – Descritor nas palavras chave

Ano Base	Quantidade de Artigos com o descritor nas palavras chave
2022	03
2023	04
2024	00

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Tabela 3 – Descritor no resumo

Ano Base	Quantidade de Artigos com o descritor no resumo
2022	07
2023	12
2024	05

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Descritor 2: Itinerários Formativos

Tabela 4 – Descritor no título

Ano Base	Quantidade de Artigos com o descritor no título
2022	01
2023	00
2024	00

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Tabela 5 – Descritor nas palavras chave

Ano Base	Quantidade de Artigos com o descritor nas palavras chave
2022	00
2023	01
2024	00

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Tabela 6 – Descritor no resumo

Ano Base	Quantidade de Artigos com o descritor no resumo
2022	02
2023	02
2024	00

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Descritor 3: Reforma do Ensino Médio

Tabela 7– Descritor no título

Ano Base	Quantidade de Artigos com o descritor no título
2022	01
2023	01
2024	01

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Tabela 8 – Descritor nas palavras chave

Ano Base	Quantidade de Artigos com o descritor nas palavras chave
2022	02
2023	03
2024	02

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Tabela 9 – Descritor no resumo

Ano Base	Quantidade de Artigos com o descritor no resumo
2022	04
2023	08
2024	03

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

6.3.2 Periódico científico

A seguir, será apresentada os principais periódicos científicos sobre educação com artigos publicados na plataforma Scielo, envolvendo a temática novo ensino médio, itinerários formativos ou reforma do ensino médio entre os anos de 2022 a 2024.

Tabela 10 – Periódico Científico

Periódico Científico	Quantidade de artigos
Educar em Revista	3
Educação e Pesquisa	3
Educação & Sociedade	2
Educação em Revista	2
Revista Brasileira de Ensino de Física	2
Bolema: Boletim de Educação Matemática	1
Cadernos de Pesquisa	1
Ciência & Educação (Bauru)	1
Educação & Realidade	1
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	5
Movimento	1
Revista Brasileira de Educação Especial	1
Revista Brasileira de História da Educação	1
Texto Livre	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

6.3.3 Tipo de Metodologia

Esta parte do trabalho está destinada a realizar uma pesquisa quantitativa acerca dos tipos de metodologia de trabalhos envolvendo a Reforma do Ensino Médio. Dessa forma, será organizada uma tabela onde os trabalhos dos periódicos científicos citados no item anterior serão organizados em três tipos de trabalho, sendo eles: Qualitativo, Quantitativo e Misto.

Tabela 11 – Metodologias

Metodologia	Quantidade de Artigos
Qualitativa	15
Quantitativa	2
Mista	8

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

6.3.4 Discussão dos Dados Encontrados

Tendo como base o ano de 2022, foram encontrados sete artigos com o descritor número um (Novo Ensino Médio) no título, resumo ou nas palavras-chave. O ano de 2023 foi o período em que se encontrou o maior número de artigos sobre o tema, totalizando vinte artigos. Em 2023, já havia se passado um ano desde a implementação da Reforma do Novo Ensino Médio. A hipótese para a quantidade numerosa de artigos é que o Novo Ensino Médio impactou os alunos de forma grandiosa e abrupta, aumentando as desigualdades sociais, principalmente devido ao contexto pós-pandêmico, em que os jovens estavam retornando às interações sociais e ao ensino presencial nas escolas. Em 2024, até o momento, foram publicados no Scielo seis artigos.

Com o descritor número dois (Itinerários Formativos), em 2022, foram encontrados três artigos com o tema no título, resumo ou palavras-chave. Em 2023, foram publicados na plataforma três artigos com o descritor, e em 2024, até o momento, nenhum artigo foi publicado com esse descritor. Com base nos dados encontrados nas pesquisas na plataforma, observou-se que o foco principal das discussões gira em torno da implementação do Novo Ensino Médio e do aumento das desigualdades. Ao longo desses artigos, é possível observar abordagens sobre os Itinerários Formativos, mas não há muitos trabalhos publicados na plataforma que os tratem como assunto central.

Com o descritor número três (Reforma do Ensino Médio), foram encontrados sete artigos no ano de 2022, no título, resumo ou palavras-chave; doze artigos no ano de 2023; e seis artigos no ano de 2024, até o momento. Observou-se que o ano com o maior número de artigos sobre o descritor foi em 2023.

De forma geral, observou-se que o ano de 2023, considerando os três descritores, foi o ano em que mais foram encontrados artigos tratando da temática Novo Ensino Médio. Um ano após a implementação, já era possível visualizar o que havia sido previsto desde o anúncio da Reforma: o Novo Ensino Médio seria um desastre.

Analisando o estudo quantitativo sobre os periódicos científicos, utilizando a aba de pesquisas da plataforma e o filtro para selecionar os anos de 2022, 2023 e 2024, foram pesquisados os periódicos que publicaram artigos científicos com o termo “Novo Ensino Médio”, totalizando 25 artigos sobre o tema. Estes foram separados de acordo com a metodologia de pesquisa em três esferas: qualitativa, quantitativa e mista (que envolve qualitativa e quantitativa). Encontrou-se 15 pesquisas qualitativas, 2 quantitativas e 8 mistas. Observa-se que a maioria das pesquisas encontradas possui caráter qualitativo, sendo poucas as pesquisas com caráter quantitativo, e o caráter misto, com pesquisas qualitativas e partes quantitativas, está na intermediário.

7 COMO O NOVO ENSINO MÉDIO PODE AUMENTAR AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL

7.1 Desigualdade Educacional no Brasil

Desigualdade associa-se à condição em que existe uma distribuição desigual de recursos, oportunidades e direitos entre as pessoas como indivíduos ou grupos dentro de uma sociedade. Essa disparidade pode aparecer em vários meios, como econômico, social, racial e de gênero. Em termos econômicos, por exemplo, a desigualdade pode significar que alguns indivíduos têm acesso a mais riqueza e oportunidades do que outros, resultando em diferenças significativas na qualidade de vida e no bem-estar.

A desigualdade educacional no Brasil é um problema complexo e multifacetado, refletindo profundas disparidades sociais e econômicas. Vários fatores contribuem para essa desigualdade, como diferenças regionais, desigualdade socioeconômica e qualidade na educação.

No ensino fundamental e médio, a educação no Brasil é descentralizada. Isso quer dizer que os gastos e a forma como as escolas são administradas podem mudar bastante, não só entre estados, mas também entre cidades. Muitas das desigualdades na educação refletem as desigualdades regionais mais amplas. Os estados e municípios mais pobres são exatamente aqueles que precisam melhorar a educação para alcançar o nível das áreas mais desenvolvidas (Beltrão; Camarano; Kanso, 2002).

Tendo em vista o exposto, é visto que reduzir as desigualdades regionais é o objetivo de várias iniciativas políticas. As propostas para lidar com esse problema são diferentes, mas quase todas envolvem transferir algumas responsabilidades pelo ensino básico para o governo federal, principalmente o financiamento. A ideia por trás disso é que as desigualdades regionais não vão diminuir por conta própria em um prazo razoável e que somente o governo federal tem a capacidade de mobilizar os recursos financeiros e políticos necessários para implementar uma política de igualdade (Medeiros; Oliveira, 2014).

Grande parte da discussão sobre a igualdade educacional entre regiões fala sobre o sistema de ensino, principalmente no que diz respeito à contratação e formação dos professores. De acordo com (Medeiros; Oliveira, 2014), é menos

discutido sobre a infraestrutura das escolas. Tudo isso reflete com destaque nos salários dos professores e nos equipamentos escolares. De forma simplificada, o debate gira em torno de igualar as condições das escolas como forma de promover a igualdade regional. Existem algumas propostas que vão além da simples equiparação das escolas e abordam outras questões, como políticas de segurança nas escolas (Buarque, 2011). No entanto, esses aspectos não diretamente relacionados às escolas têm uma importância menor nos debates públicos.

De acordo com (Medeiros; Oliveira, 2014), para criar políticas que reduzam as desigualdades regionais, é importante entender o que causa essas desigualdades. A educação é um campo complexo e envolve muito mais do que apenas o que acontece na escola. Portanto, há muitos fatores que podem causar desigualdades educacionais. Para organizar esses fatores, podemos dividi-los em três grupos principais:

Escolas: Este grupo inclui aspectos relacionados às próprias escolas, como a formação e o desempenho dos professores, a administração escolar, a qualidade das instalações, os currículos e os métodos de ensino.

Ambiente Social: Este grupo abrange fatores fora da escola que também afetam a educação, como transporte, segurança e os valores culturais da comunidade em relação à educação e ao trabalho.

Características Individuais e Familiares: Este grupo considera a educação dos pais, a renda, a composição da família e características pessoais como raça, gênero e deficiência.

Essa divisão ajuda a analisar o problema, embora na prática esses fatores estejam interligados e interagem entre si.

Reformas na educação podem ter um grande impacto nas características das escolas e, em certa medida, melhorar o ambiente social para apoiar esses objetivos. No entanto, essas reformas geralmente têm menos efeito sobre os fatores individuais e familiares que influenciam a educação. Mudanças nesses fatores individuais e familiares acontecem mais devagar e os efeitos costumam ser visíveis apenas ao longo de várias gerações.

Assim, pode-se pensar que as características pessoais e familiares são um obstáculo gigantesco para que as políticas educacionais tenham sucesso. Se grande parte das desigualdades regionais em educação no Brasil vem de tais características, não é possível esperar que apenas mudanças melhorem a qualidade

das escolas. A partir desta ideia, surge o questionamento: Mesmo se todas as escolas ruins se tornassem iguais às melhores do país, isso seria suficiente para igualar a educação no Brasil, considerando a desigualdade sócio econômica enfrentada?

Infelizmente, o nível de escolaridade ou educação de uma pessoa está relacionado diretamente com sua renda no Brasil, portanto, quanto mais alta a educação, maior tende a ser a renda. Isso faz com que muitos jovens queiram entrar no ensino superior.

Porém, conseguir uma vaga em universidades particulares ou públicas não é uma tarefa fácil. Existe uma competição na seleção, refletindo a desigualdade educacional. Essa desigualdade pode ser percebida já no início da escolarização ou até mesmo antes disso. Segundo Ribeiro (2011), há estudos que mostram que, desde os primeiros anos de vida, existem algumas diferenças no vocabulário das crianças, dependendo do nível socioeconômico de suas famílias. Isso destaca a importância de políticas públicas que se concentrem na primeira infância, que vai de 0 a 6 anos.

Quando se fala sobre desigualdade escolar, a pauta é sobre as diferenças nos resultados relacionados à aprendizagem entre os alunos, evidenciando o quão importante é ter políticas públicas que ajudem a diminuir essas desigualdades. De acordo com o autor, estudos mostram que existe grande relação entre a origem social do aluno e seu sucesso na escola. De forma abrangente, alunos de famílias com mais dinheiro tendem a ter um melhor desempenho escolar, enquanto a pobreza e a desigualdade social costumam levar a dificuldades na escola. Em outras palavras, é aquela velha história de que aluno não aprende pelo fato de ser pobre.

Pesquisas mais recentes, que comparam dados de diferentes países e estados do Brasil, mostram que alguns sistemas de ensino conseguem reduzir as desigualdades no aprendizado dos alunos, independentemente de sua origem social. Isso demonstra que uma escola de qualidade pode ter um impacto significativo, especialmente para os alunos mais pobres. Ter acesso a uma boa educação é essencial, pois muitas vezes é a única maneira de uma criança superar a pobreza.

Essa discussão mostra como é importante que as políticas de educação, junto com outras políticas sociais, considerem a desigualdade ao serem criadas. Por exemplo, estudos mostram que repetir de ano afeta mais negativamente os alunos

de famílias mais pobres. É necessário buscar tanto a eficácia quanto a equidade. A escola deve trabalhar para melhorar o desempenho de todos os seus alunos e, ao mesmo tempo, reduzir as diferenças entre os alunos de diferentes grupos sociais.

7.2 Novo Ensino Médio segundo as propagandas exibidas nos canais de televisão e internet

Para complementar a análise feita no presente trabalho a fim de desvendar a proposta do Novo Ensino Médio, é substancial apresentar análise midiática realizada através da verificação dos canais do Youtube do Ministério da Educação, onde existem diversos vídeos que foram transmitidos em canais da TV aberta e redes sociais. A partir desta análise, será possível realizar uma comparação, evidenciando as contradições existentes entre o que foi divulgado nas propagandas e as liberdades desiguais enfrentadas na educação após a implementação da Reforma do Novo Ensino Médio.

Com isso, houve a seleção dos principais vídeos de ambos os canais, buscando evidenciar a mensagem que o Ministério da Educação pretende transmitir através de campanhas. Através de uma pesquisa realizada no YouTube (www.youtube.com) em 2024, foram selecionados cinco vídeos governamentais sobre a expressão “Novo Ensino Médio”, digitada na barra de pesquisas dos canais. Esses vídeos, amplamente divulgados nos diversos canais de comunicação, foram identificados a partir da proposta de reforma estabelecida pela Medida Provisória nº 746/2016 e Lei nº 13.415/2017.

O objetivo deste levantamento é demonstrar como a proposta de Ensino Médio está intrinsecamente ligada à capacidade de escolha dos(as) jovens, abordando de maneira sensível suas aspirações por liberdade e autonomia na seleção dos chamados itinerários.

O primeiro vídeo analisado, intitulado “Novo Ensino Médio” (MEC, 2021, 1:00) já vincula dados sobre essa tal “escolha do futuro”, trazendo que agora os estudantes poderão escolher em qual área do conhecimento querem se aprofundar, podendo escolher em seguir uma educação técnica ou tecnológica, estimulando que agora, estarão preparados para para o pleno exercício da cidadania. No vídeo, a reforma é tida como algo inovador que transformará a educação, trazendo aspectos que contribuem para a idealização de quem assiste.

A definição do público-alvo é clara: o MEC busca se conectar com a juventude por meio de imagens e uma linguagem que facilite essa aproximação. O Novo Ensino Médio tem como base o discurso da liberdade de escolha, permitindo que os jovens ignorem o que não lhes parece relevante ou estimulante em sua trajetória escolar.

O segundo vídeo, analisado com o título “Novo Ensino Médio 1” (MEC, 2017, 0:30), traz um esquema de perguntas e respostas, onde jovens estão levantando questionamentos sobre os itinerários formativos e há um profissional especializado sanando as dúvidas. É observado que os jovens estão levantando perguntas direcionadas, como: “É possível fazer a escolha do próprio currículo?”, ou “O que fazer se não sei qual profissão vou seguir?”.

O foco deste vídeo são os itinerários formativos, apresentando a ideia de liberdade de escolha, tendo em vista que poderão escolher seu futuro a partir do currículo. Outra ideia que se mostra grandiosa é que os estudantes poderão sair do ensino médio formados, com uma profissão específica após cursar o ensino técnico integrado ao médio. Complementa que, caso não tenha escolhido uma profissão ainda, poderá optar pela área do conhecimento que mais agrade.

O terceiro vídeo, intitulado “Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!” (MEC, 2016, 0:31), traz um esquema que o foco do vídeo é mostrar os estudantes aprovando o novo formato de ensino médio, com falas que trazem suas novas características, como “eu escolho o que vou estudar?”, seguido de “é claro que eu aprovo”.

Finaliza com dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, mostrando que 72% dos brasileiros aprovam o Novo Ensino Médio. É visto que o vídeo traz elementos com o intuito de “conquistar” os jovens, utilizando atores da mesma faixa etária, a fim de tentar simular uma situação real enfrentada nas escolas.

O quarto vídeo, intitulado “O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade!” (MEC, 2016, 0:31), traz em trinta e um segundos os desejos dos jovens. Ele mostra diversos jovens expressando seu desejo de ingressar em uma faculdade ou cursar um curso técnico. Após isso, mostra que com o Novo Ensino Médio isso se tornará possível, com aspectos idealizadores de que a nova reforma irá mudar tudo para melhor. Novamente finaliza com a taxa de aprovação dos brasileiros.

O último vídeo, intitulado “O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade!” (MEC, 2016, 1:00), apresenta alunos em sala de aula discutindo o novo formato do ensino médio, um tema que gera muitas dúvidas entre eles. Este vídeo, que tem um caráter introdutório, destaca que o novo modelo foi inspirado nas experiências de vários países, como Coreia do Sul, França, Inglaterra, Portugal e Austrália, os quais consideram a educação uma prioridade.

O vídeo enfatiza a necessidade de adaptar a educação à realidade atual dos jovens, permitindo-lhes escolher entre quatro áreas do conhecimento para se aprofundar, de acordo com suas vocações, sendo elas: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas.

Como esperado, a ideia central dos vídeos de divulgação é a liberdade de escolha dos jovens. A divulgação dessas mensagens em diversos meios de comunicação foi a estratégia adotada pelo MEC para promover uma proposta que, na época de lançamento, ainda não tinha sido concretizada. Tais mensagens, de forma explícita, evitam mencionar os problemas que o Novo Ensino Médio pode gerar. Ademais, há uma tentativa de destacar as deficiências do Ensino Médio atual para mostrar apenas os aspectos positivos da nova proposta.

O objetivo é gerar entusiasmo e até mesmo ansiedade por esse novo modelo, que promete oferecer liberdade e igualdade de oportunidades. Dessa forma, os futuros estudantes seriam levados a acreditar que o Novo Ensino Médio seria um espaço de realização dos desejos tidos como “impossíveis” até o momento, onde seus sonhos se concretizaram por meio da liberdade de escolha.

7.3 Liberdades desiguais

Com as mudanças na Lei de Diretrizes e Bases feita pela Lei nº 13.415/2017, com a implementação do Novo Ensino Médio em 2022, é visto um contexto confuso, onde os estudantes de escola pública são diretamente afetados. Isso coloca em dúvida a eficácia da ideia principal das propagandas, que prometiam que os estudantes teriam liberdade para escolher e traçar o seu futuro educacional. No entanto, o que se observa não é liberdade, mas sim mudanças complicadas que prejudicam a liberdade dos jovens e aumentam as desigualdades já existentes na sociedade brasileira.

O estado de São Paulo (SP) que se vangloria diversas vezes por ser o estado do progresso, sendo o primeiro a implementar o Novo Ensino Médio, também foi um dos primeiros a demonstrar fracasso na liberdade de escolha que foi tanto prometida durante as campanhas. O fato principal é que as condições da educação pública no Brasil influenciam mais sobre o caminho formativo dos jovens do que a oportunidade de escolha individual e essa tal 'liberdade' sobre o futuro educacional.

Uma das principais mudanças feitas, vinculadas aos itinerários formativos, está o aumento da carga horária dos estudantes. Embora aumentar a carga horária dos jovens, a primeira instância, parece realmente um avanço a garantia no direito à educação, na prática pode haver limites para a sua implementação. Observa-se um grande desafio nesse aumento, tendo em vista que os alunos deverão permanecer nas escolas durante dois turnos.

Nesse contexto, uma grande questão é conseguir que os alunos permaneçam na escola por dois turnos, em vez de trabalhar e ajudar financeiramente suas famílias, tendo em vista que a realidade de muitos da escola pública pode ser de vulnerabilidade financeira.

Para amenizar tal situação, é fundamental manter e melhorar programas sociais que auxiliam financeiramente às famílias, como o Programa Bolsa Família, que pode ser muito útil. Esses programas ajudam famílias com crianças e adolescentes até 17 anos a não precisarem trabalhar por muitas horas todos os dias para sustentar a casa. Assim, os jovens podem ficar mais tempo na escola, que é o que realmente pode oferecer uma boa chance de futuro para eles.

É importante ressaltar o enorme desafio que é garantir uma educação em tempo integral tendo em vista a falta de financiamento na área da educação, exaltando a necessidade de recursos financeiros suficientes por parte do governo. Vale lembrar que, por causa da Emenda Constitucional nº 95, aprovada no ano de 2016, durante o governo do ex-presidente da república Michel Temer, ocorreram cortes nos gastos, principalmente nas áreas sociais como educação e saúde (Segal, 2022).

Tal emenda, que foi liderada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tem afetado a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Entre os impactos estão a dificuldade em garantir acesso universal às escolas, a meta de oferecer educação em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas e o aumento do investimento em educação pública (Segal, 2022).

Outro aspecto relevante acerca da Lei nº 13.415/2017 é a possibilidade de que as escolas da rede pública do ensino médio se especializem. Com isso, segundo a Lei nº 9.394/1996, que foi modificada por essa nova lei, cada sistema de ensino pode criar seus próprios currículos baseando-se nos itinerários formativos. Com a mudança, algumas redes de escolas possuem a 'liberdade' de escolher focar em áreas específicas ou temas determinados.

Dessa forma, analisando os dados sobre as escolhas dos jovens e a oferta de itinerários formativos nas escolas estaduais de São Paulo, é observado algo que as diversas propagandas do governo e Ministério da Educação não mostraram: a liberdade de escolha prometida aos alunos é restringida pelas condições materiais das escolas. Como essas condições não estão sendo melhoradas pela reforma, a liberdade de escolha continuará sendo um privilégio de poucos, principalmente dos alunos das escolas privadas.

A liberdade de escolha dos jovens brasileiros foi uma das principais ferramentas utilizadas durante a divulgação das propagandas do Novo Ensino Médio, impulsionando a reforma. Em novembro de 2016, o Ibope publicou uma pesquisa do MEC sobre a Medida Provisória nº 746/2016. A pesquisa revelou que 70% dos entrevistados aprovaram a ideia de permitir que os alunos escolhessem as disciplinas que gostariam de cursar no ensino médio, e 86% eram a favor de aumentar o número de escolas de ensino médio em período integral (IBOPE 2016). Como analisado no subcapítulo anterior, tal pesquisa foi mostrada diversas vezes nos vídeos de divulgação que eram exibidos nas redes de comunicação, como TV e internet.

Além disso, a pesquisa também solicitava uma avaliação da educação no Brasil, apresentando que 91% das opiniões variam entre 'regular' e 'péssima'. A conclusão clara foi que a maioria dos entrevistados (72%) apoiava uma reforma educacional que prometia mais liberdade e uma melhoria na qualidade das escolas. Porém, é visto que essa liberdade tão prometida é uma ferramenta utilizada para disfarçar a limitação estrutural das escolas públicas. Infelizmente, essa reforma do ensino médio não passa de mais um elemento que reproduz desigualdades educacionais dentro da rede de ensino.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão deste trabalho foi identificar, na produção científica, estudos e pesquisas, se o desenho do Novo Ensino Médio, a partir da flexibilização curricular, pode implicar na ampliação das desigualdades educacionais. Portanto, foi identificado que a Reforma do Ensino Médio impactou a vida dos jovens estudantes, principalmente os de escola pública, contribuindo para que as desigualdades educacionais se perpetuem no Brasil. Foram identificadas contradições existentes nas falas do Ministério da Educação e Estado de São Paulo, tendo em vista as inúmeras promessas de melhoria na educação, maior liberdade para definição do futuro e igualdade, que infelizmente não estão se realizando.

O Estado de São Paulo foi o primeiro a implementar a Reforma, inclusive inúmeras campanhas foram baseadas neste fato, considerando-se o estado do progresso. Com base no presente estudo, é visto que também é o primeiro a demonstrar fracasso, não cumprindo as promessas das campanhas devido às condições em que se encontram as escolas e educação brasileira. Acontece que as condições materiais acabam se sobrepondo às condições de liberdade de escolha oferecidas aos estudantes, tornando impossível o cumprimento das promessas das campanhas de divulgação.

Dentre as principais mudanças que vieram com o Novo Ensino Médio estão o aumento da carga horária, a implementação dos itinerários formativos e mudança no currículo, tornando como obrigatórias apenas duas disciplinas. Na teoria, tais mudanças foram apresentadas como “inovadoras” e “revolucionárias”. Porém, é possível identificar o desastre que está ocorrendo na prática, ocasionando no aumento das desigualdades educacionais no país.

É visto que a reforma do ensino médio está se desenvolvendo de maneira conturbada, pois as escolas não possuem estrutura material e física para comportar tamanhas mudanças. O aumento das desigualdades causado pela reforma do ensino médio não é uma simples coincidência ou resultado de falhas na implementação. Trata-se de um efeito sistêmico da reforma, que compromete o caráter da educação justa e igualitária pública no Brasil. Dessa forma, em um sistema já desigual, a reforma apenas intensificou as disparidades, sendo contrário a um dos objetivos centrais da República Federativa do Brasil: redução das desigualdades. Com isso, o Estado agiu contra seus próprios princípios.

Como resultados da revisão de literaturas pertinentes ao tema trabalhado, notou-se que a reforma educacional em questão não só acentua as desigualdades entre escolas públicas e privadas, mas também introduz diferentes camadas dentro das próprias escolas públicas. Alunos de famílias mais pobres e de municípios com menos recursos terão menos oportunidades de aprendizado e menos opções de formação. Significa que a reforma tende a piorar as condições de estudo para aqueles que já enfrentam dificuldades, como a falta de infraestrutura adequada nas escolas e um ambiente familiar com menor nível de escolaridade e renda.

De acordo com a análise dos documentos da Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Conselho Nacional de Secretários de Educação, encontrada em um dos materiais analisados para o presente estudo, foi possível ver que os documentos mostram que quem estava por trás da reforma sabia que a liberdade de escolha individual só poderia se concretizar, com muitas limitações, apenas se houvesse um grande investimento para aumentar a infraestrutura das escolas e contratar mais profissionais da educação para aumentar as turmas, trazendo custos elevados ao governo.

Observa-se que o termo “liberdade de escolha”, termo chave de divulgação e aceitação da reforma, é usado como elemento de propaganda para esconder a cruel realidade de limitações reais de escolha de forma igualitária, tornando falsos os discursos de propagação. Com isso, é visto que o Novo Ensino Médio não só falha em promover uma educação igualitária, como também oferece condições escolares ainda piores para aqueles que possuem condições financeiras mais baixas, contribuindo para a naturalização das desigualdades educacionais no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ACACIA ZENEIDA KUENZER. **O ensino médio agora é para a vida:** entre o pretendido, o dito e o feito. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 70, p. 15–39, abr. 2000.
- BARCELLOS, Marcília Elis et al. **A reforma do ensino médio e as desigualdades no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, v. 2, n. 13, 2017.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BRASIL. *Diretrizes para a Educação Básica.* Brasília, DF: Ministério da Educação, 2022.
- BRASIL. *Lei nº 13.145, de 16 de fevereiro de 2017.* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2017.
- CASSIO, Fernando; GOULART, Débora. **Itinerários formativos e liberdade de escolha:** Novo ensino médio em São Paulo. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 16, n. 35, p. 509-534, maio/ago. 2022.
- CRISTIANO, C.; ERNANI, P.; DE FREITAS, C. **Capa Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo -ASPEUR Universidade Feevale metodologia do trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico** 2a edição. Disponível em: <<https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>.
- DANYELLE NILIN GONÇALVES; PEIXOTO, I.; SANTOS. **Escola pública e discurso meritocrático:** propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes. *Educação e Pesquisa*, v. 50, n. 1, jan. 2024.
- FERREIRA, M. R.; ALVES, J. M.; PALMEIRÃO, C. **Meritocracia, excelência e exclusão escolar:** uma scoping review. *Cadernos de Pesquisa*, v. 53, 2023.
- FREITAS, Luis Carlos. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez. 2014.
- FURTADO, Renan; SILVA, Vergas. **A reforma em curso no ensino médio brasileiro e o aumento das desigualdades educacionais e sociais.** *Portal de Revistas da PUC-SP*, v. 18, n. 1, 2020.
- GISLEI JOSÉ SCAPIN; LILIANA SOARES FERREIRA. **O abandono do trabalho pedagógico na educação física do novo ensino médio.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 52, n. 1, jan. 2022.
- GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZEBIOS FILHO, Antonio. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro:** a urgência da educação emancipadora. *Escritos Educ.*, Ibitiré, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005.
- MEDEIROS, M.; OLIVEIRA, L. F. B. **Desigualdades regionais em educação:**

potencial de convergência. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 561–585, ago. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar! Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>. Acesso em: **21 set. 2024**.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA RESOLUÇÃO No 2, DE 30 DE JANEIRO 2012. Disponível em: https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade! Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2fdocnZiSFg>. Acesso em: **21 set. 2024**.

O MEC quer implantar o novo ensino médio a partir de 2022. *Gazeta do Povo*, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br>. Acesso em: 21 set. 2024.

ORTEGA, André Randazzo; D'ARC, J. **Propaganda, mídia e educação: o discurso oficial e publicitário sobre a reforma do ensino médio de 2017.** *Educação em Revista*, v. 38, n. 1, jan. 2022.

PEREGRINO, M.; JULIANA. **Juventude como mirante dos fenômenos sociais e a reforma do ensino médio: o que se vê quando se olha de um outro lugar?** *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, n. 1, jan. 2023.

RIBEIRO, M.; KRAWCZYK, Nora Rut; CAMILO, E. **Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais.** *Educação e Pesquisa*, v. 49, n. 1, jan. 2023.

SILVEIRA, S. **Processos de recontextualização do novo ensino médio no Rio Grande do Sul.** *Educação & Sociedade*, v. 45, n. 1, jan. 2024.

TESTA, Maurício José et al. **Um olhar para a disciplina curricular Cultura Digital do Novo Ensino Médio: a relação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e o Ensino de Física.** *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 45, n. 1, jan. 2023.

VIEIRA, V.; GONÇALVES, Fábio Peres. **Gerencialismo na formação continuada de professores no Brasil: uma análise de documentos propostos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação.** *Educar em Revista*, v. 39, n. 1, jan. 2023.

WATHIER, V. P.; CUNHA, C. da. **Novo Ensino Médio: análise da política de escolas em tempo integral.** *Educação & Realidade*, v. 47, 2022.